TC 021.023/2011-5

Tipo: Tomada de Contas Especial

Unidade Jurisdicionada: Município de Bom Lugar/MA **Responsáveis:** Antônio Marcos Bezerra Miranda

(CPF 569.642.423-68)

Assunto: Trânsito em Julgado do Acórdão 2461/2015-

TCU-1ª Câmara

DESPACHO DE EXPEDIENTE

- 1. Em cumprimento ao **Acórdão condenatório 2461/2015-TCU-1ª Câmara**, Sessão de 5/5/2015, Ata 13/2015 (peça 41), **foi notificado, individualmente**, o responsável Sr. Antônio Marcos Bezerra Miranda.
- 2. Transcorridos os prazos recursais, o Sr. Antônio Marcos Bezerra Miranda não recorreu da decisão proferida pela Egrégia Corte de Contas, nem quitou suas dívidas ou pediu parcelamento. Desta forma, o Acórdão sobredito transitou em julgado, conforme quadro abaixo:

Responsáveis	Dados relativos à Notificação/Comunicação dos responsáveis – AC 2461/2015-TCU-1ª Câmara					
	Oficio	Data	Peça	Ciência em	Peça	Data do Trânsito e m Julgado
Antônio Marcos Bezerra Miranda	2364/2015	13/7/2015	Peça 47	21/7/2015	Peça 55	6/8/2015

- 4. Transcorridos os prazos recursais, o Acórdão 2461/2015-TCU-1ª Câmara transitou e m julga do nas datas especificadas no quadro acima.
- 5. Diante do exposto, foi atestada a inexistência de erros materiais (Peça 42), bem como o caráter definitivo do mencionado julgado.
- 6. Certificamos, ainda, que foram feitos os registros no Sistema CADIRREG, em obediência ao disposto no §3º do artigo 1º da Resolução-TCU 241/2011, c/c o artigo 32 da Resolução-TCU 259/2014, conforme comprovante apensado aos autos (Peça 56).
- 7. Assim sendo, com fulcro na Delegação de Competência constante da Portaria-Secex/MA 2/2014, encaminho os autos ao **Núcleo de CBEX do SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO** desta **SECEX/MA** para a imediata formalização dos processos de cobrança executiva, nos termos da Resolução-TCU 178/2005, c/c com o inciso V do artigo 43 Resolução-TCU 253/2012, e posterior encaminhamento ao MP/TCU, **via Scbex.**

SECEX/MA, 3/2/2016.

(assinado eletronicamente)

HUGO LEONARDO MENEZES DE CARVALHO

AUFC Matrícula 7708-9

(Delegação de competência conferida pela Portaria - SECEX/MA 10/2015)